

Migração faz índice de desemprego chegar a 19,7% no Distrito Federal

Número de novas vagas foi menor do que o crescimento da PEA

Alessandro Mendes
de Brasília

A Pesquisa de Emprego e Desemprego do Distrito Federal (PED) dos meses de fevereiro e março, divulgada ontem na sede da Codeplan, registrou um aumento na taxa de desemprego, que vinha mantendo-se estável desde outubro de 1997 (vide quadro). O maior salto pôde ser percebido entre janeiro e fevereiro, passando de 18,6% para 19,5%. Em março, o número ficou em 19,7%, o que representa um contingente de 168 mil desempregados.

Segundo o coordenador da PED, Jusçanio Umbelino, o aumento do desemprego é reflexo do crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) - 848,1 mil em fevereiro para 854,1 mil em março - já que houve crescimento no número de postos de trabalho no DF, passando de 683,1 mil em fevereiro para 686,1 mil em março. "O maior culpado pelo desemprego foi o fluxo migratório. Como o DF tem criado postos de trabalho, mostrando uma situação favorável se comparado ao



restante do país, acaba virando um centro de atração", explica Umbelino. A afirmação é ratificada pelo gerente de estudos e pesquisas da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda, Mário Magalhães. "O GDF não tem controle sobre o aumento do desemprego, pois ele é causado por fatores externos, como a migração. Por mais que se gere postos de trabalho, estes nunca serão compatíveis com a demanda", completa Magalhães.

Para Umbelino, o Distrito Federal tem dificuldades em gerar postos de trabalho para mão-de-obra desqualificada que, segundo ele, é o perfil da maior parte dos

migrantes. "A mão-de-obra normalmente é de pouca formação, fazendo com que as pessoas não consigam lidar com a seletividade do mercado", afirma. "Com isso, o desemprego não pára de crescer nas parcelas com menor grau de instrução e, o que é pior, sem perspectiva de melhoras", ressalta.

Na opinião de Magalhães, há ainda outro ponto prejudicial à mão-de-obra desqualificada. "Devido a situação financeira do país, muita gente que ficava em casa, como esposa e filhos, está sendo obrigada a ir para o mercado de trabalho. Várias pessoas com segundo grau acabam exercendo funções que não exigem nem primeiro grau, dificultando ainda mais para quem não tem qualificação profissional", diz.

Segundo a pesquisa, os segmentos populacionais com maior crescimento no desemprego foram os de homens, os de trabalhadores de 18 a 24 anos, os com idade superior a 40 anos, os de chefes de família e de pessoas sem experiência anterior de trabalho. "O comércio privilegiou as mulheres nas ocupações e a construção civil e outras atividades predominantemente masculinas sofreram um desaquecimento neste período", explica o coordenador da PED.

O nível ocupacional, em março, registrou variação positiva de 0,4%, com 3 mil novas ocupações. Todos os setores obtiveram aumento no número de postos de trabalho, exceto administração pública, que manteve-se estável: indústria de transformação (400 postos), construção civil (500 postos), comércio (800 postos), serviços (800 postos) e outros (300 postos).

Outro fato constatado pela PED foi a queda de 0,6% no rendimento médio do trabalhador, passando de R\$ 927 em fevereiro para R\$ 921. Segundo a pesquisa, estes índices vêm caindo periodicamente. "Em fevereiro de 1997, a renda média era de R\$ 1.016 e só vem caindo. Se continuar assim, com certeza terá impacto no mercado local", garante Umbelino. "Com menos dinheiro circulando haverá, inevitavelmente, um desaquecimento em vários setores, principalmente comércio", completa.